26º ENANCIB
Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação
A Amazônia na sociedade global em rede: assimetrias e potencialidades informacionais, tecnológicas e ambientais
Belém, Pará, 09 a 13 de novembro de 2026
Universidade Federal do Pará

ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
ISSN 2177-3688

GT 12 – Informação, Estudos Étnico-Raciais, Gênero e Diversidades

ARQUIVOS COMUNITÁRIOS QUILOMBOLAS NA PERSPECTIVA DA COMPETÊNCIA ARQUIVÍSTICA

QUILOMBOLA COMMUNITY ARCHIVES FROM THE PERSPECTIVE OF ARCHIVAL LITERACY

Érica dos Santos da Silva Ferreira – Universidade Federal do Pará (UFPA)
Renata Lira Furtado – Universidade Federal do Pará (UFPA)

Modalidade: Trabalho Completo

Resumo: Este artigo buscou refletir sobre as contribuições dos arquivos comunitários para a preservação da memória e o fortalecimento da autonomia documental de comunidades quilombolas, considerando a Competência Arquivística como dimensão transversal. Configura-se como uma pesquisa qualitativa, exploratória e bibliográfica, cuja análise foi desenvolvida por meio de leitura interpretativa do referencial teórico, que permitiu estabelecer relações entre arquivos comunitários e comunidades quilombolas organizadas em quatro categorias: memória coletiva; autonomia; representatividade; e resistência. Os resultados indicam que os arquivos comunitários contribuem para o fortalecimento das relações das comunidades quilombolas com suas próprias memórias, ao favorecerem a preservação de suas narrativas e o reconhecimento do valor social de seus documentos. Evidenciam ainda que a Competência Arquivística amplia esse processo ao qualificar a compreensão crítica dos registros e sua mobilização em contextos de reconhecimento e justiça informacional. Conclui-se que a articulação entre arquivos comunitários e Competência Arquivística oferece subsídios para práticas arquivísticas comprometidas com a autonomia documental em comunidades quilombolas e com a visibilidade de suas trajetórias.
Palavras-chave: arquivos comunitários; comunidades quilombolas; competência arquivística.

Abstract: This article sought to reflect on the contributions of community archives to the preservation of memory and the strengthening of documentary autonomy in quilombola communities, considering Archival Literacy as a transversal dimension. It is configured as a qualitative, exploratory, and bibliographical research, whose analysis was developed through an interpretative reading of the theoretical framework, which allowed establishing

relationships between community archives and quilombola communities organized into four categories: collective memory; autonomy; representativeness; and resistance. The results indicate that community archives contribute to strengthening the relationships of quilombola communities with their own memories, by favoring the preservation of their narratives and the recognition of the social value of their documents. They also show that Archival Literacy expands this process by qualifying the critical understanding of records and their mobilization in contexts of recognition and informational justice. It is concluded that the articulation between community archives and Archival Literacy offers support for archival practices committed to documentary autonomy in quilombola communities and to the visibility of their trajectories.
Keywords: community archives; quilombola communities; archival literacy.

1 INTRODUÇÃO

As comunidades quilombolas constituem grupos sociais que desenvolveram práticas cotidianas de resistência na manutenção e reprodução de seus modos de vida característicos e na consolidação de um território próprio (O'Dwyer, 2002, p. 18). Na perspectiva de Schmitt, Turatti e Carvalho (2002, p. 2) o conceito contemporâneo de quilombo exige "[...] ultrapassar o binômio fuga-resistência", uma vez que envolve, dentre outras questões, identidade étnica, pertencimento territorial, reconhecimento histórico e de direitos.

No campo da Ciência da Informação e da Arquivologia, as dinâmicas documentais de comunidades quilombolas podem ser compreendidas como práticas atravessadas por relações históricas de poder, especialmente quando vinculadas a processos de reconhecimento identitário e regularização fundiária. Os documentos produzidos e preservados por essas comunidades cumprem funções administrativas e comprobatórias, e expressam cenários de pertencimento, resistência e reivindicação de direitos (Nogueira; Gracioso, 2023; Silva, 2025).

Nesse contexto, a análise dessas práticas documentais precisa considerar os efeitos do racismo institucional, da colonialidade e da negação de direitos sobre os territórios quilombolas. Em estudo sobre um quilombo na Amazônia Paraense, Pixuna Neto e Sena (2025) evidenciam como as instituições podem reproduzir apagamentos e desigualdades mesmo em contextos comunitários marcados por resistência.

A preservação da memória quilombola envolve registros institucionalizados, mas se manifesta também por meio da oralidade, das práticas culturais e religiosas, das formas próprias de organização social e dos documentos produzidos no cotidiano comunitário. Atas, ofícios, fotografias, entrevistas, registros audiovisuais, documentos associativos e narrativas orais podem constituir evidências das trajetórias coletivas desses grupos, articulando

dimensões administrativas, simbólicas, políticas e culturais (Ferreira; Sousa, 2014; O'Dwyer, 2002; Silva, 2025).

Os arquivos comunitários se apresentam, nesse contexto, como possibilidade para a preservação da memória e o fortalecimento da autonomia documental de comunidades quilombolas, que têm lutado pelo direito de serem agentes de sua própria história (Schmitt; Turatti; Carvalho, 2002). Originalmente, arquivos comunitários emergem da necessidade de grupos historicamente sub-representados afirmarem suas narrativas e preservarem experiências que nem sempre encontram lugar nas instituições formais de memória (Flinn, 2007; Flinn, 2010; Oliveira, 2023). Na perspectiva dos estudos críticos e decoloniais, esses arquivos também podem ser compreendidos como práticas de resistência, justiça social e enfrentamento à invisibilização de sujeitos e coletividades marginalizadas (Alencar; Cervantes; Barité, 2023; Nogueira; Gracioso, 2023).

Flinn (2010) destaca que os arquivos comunitários buscam preservar e tornar acessíveis materiais que geralmente não estão disponíveis em outros espaços. Gilliland e Flinn (2013) observam que, em geral, esses arquivos são conduzidos por membros da própria comunidade e quando há participação de arquivistas e demais profissionais da informação, essa atuação precisa assumir caráter colaborativo, respeitando o controle comunitário, os saberes locais e as finalidades sociais desses arquivos. Assim, o apoio técnico pode contribuir para a preservação documental, desde que não substitua a participação da comunidade nas decisões sobre suas próprias memórias.

Nesse cenário, a Competência Arquivística apresenta-se como dimensão transversal que pode contribuir para fortalecer a autonomia das comunidades na gestão e preservação de seus registros. Compreendida como o conjunto de habilidades necessárias para acessar, analisar e interpretar documentos arquivísticos, incluindo o conhecimento sobre princípios, práticas, regras e procedimentos arquivísticos, essa competência favorece a relação dos sujeitos com os documentos, seus contextos de produção e seus sentidos sociais (Cavalcante, 2021; Gilliland-Swetland; Kafai; Landis, 1999).

Diante desse contexto, que se destaca pela invisibilização das narrativas quilombolas em instituições formais de memória e pela relevância das práticas documentais comunitárias, coloca-se a seguinte questão de pesquisa: como os arquivos comunitários podem contribuir para a preservação da memória e o fortalecimento da autonomia documental de comunidades quilombolas, à luz da Competência Arquivística? A partir dessa problemática, o presente artigo

tem como objetivo refletir sobre as contribuições dos arquivos comunitários para a preservação da memória e o fortalecimento da autonomia documental de comunidades quilombolas, considerando a Competência Arquivística como dimensão transversal.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Trataremos sobre as comunidades quilombolas, os arquivos comunitários e as competências arquivística em contexto sociocultural.

2.1 COMUNIDADES QUILOMBOLAS

As comunidades quilombolas constituem grupos sociais historicamente vinculados a processos de resistência à escravização, à ancestralidade negra, à organização coletiva e à permanência em territórios marcados por relações de pertencimento. O conceito contemporâneo de quilombo não se limita à ideia de fuga ou isolamento, uma vez que envolve dinâmicas de identidade étnica, territorialidade, resistência e reconhecimento coletivo (Schmitt; Turatti; Carvalho, 2002). A partir da Constituição Federal de 1988, especialmente do art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), a noção de quilombo passa a adquirir também uma dimensão jurídico-política, relacionada ao reconhecimento de sujeitos coletivos existentes no presente e à garantia de direitos territoriais (O'Dwyer, 2002).

Nessa perspectiva, a identidade quilombola se constitui nas relações sociais, nas práticas culturais, nos vínculos de parentesco, nos modos de uso da terra, nas formas de organização comunitária e nas lutas por reconhecimento. Atualmente a legislação brasileira adota o conceito de comunidade quilombola e reconhece que a determinação da condição quilombola advém da autoidentificação (Sá; Amaral, 2007). O Decreto nº 4.887/2003 regulamenta os procedimentos de identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por comunidades quilombolas, reforçando a dimensão jurídico-política desse reconhecimento (Brasil, 2003). A autoidentificação torna-se elemento central para a compreensão desses grupos, uma vez que expressa a maneira como as próprias comunidades se reconhecem, reelaboram suas trajetórias e reivindicam sua condição histórica e política (O'Dwyer, 2002; Schmitt; Turatti; Carvalho, 2002; Silva, 2025).

No contexto das comunidades quilombolas, o território é compreendido como uma experiência social de pertencimento e uma dimensão constitutiva da vida comunitária, não apenas como uma delimitação física da terra (Schmitt; Turatti; Carvalho, 2002). O'Dwyer (2002,

p. 26), ao mencionar o caso de Conceição das Crioulas, comunidade quilombola localizada em Pernambuco, destaca que a reivindicação territorial possuía uma dimensão que "[...] vai além da espacial", relacionada à garantia do espaço social da comunidade. Almeida (2002) destaca que a territorialidade quilombola está relacionada a formas específicas de uso comum da terra e a trajetórias de afirmação étnica e política. É no território que as comunidades constroem suas formas de existência e pertencimento, que aliado ao conceito de identidade se configuram como dimensões indissociáveis.

No âmbito dessas dinâmicas, a memória figura como uma dimensão fundamental da vida quilombola, manifestada pela oralidade, pelas práticas culturais e religiosas, pelos saberes transmitidos entre gerações, pelos ritos coletivos, pelas formas próprias de organização social e pelos documentos produzidos no cotidiano da comunidade. A preservação da memória quilombola não está restrita aos registros físicos ou institucionalizados, uma vez que envolve também narrativas orais, experiências compartilhadas e práticas sociais que sustentam a continuidade histórica desses grupos (Ferreira; Sousa, 2014; O'Dwyer, 2002).

As evidências e documentos produzidos, recebidos e acumulados pelas comunidades quilombolas, estão diretamente articulados com as dimensões simbólicas, políticas, culturais e afetivas relacionadas à identidade, ao território, à memória e à reivindicação de direitos, ainda que apresentem características administrativas e/ou comprobatórias. Atas de reuniões, ofícios, fotografias, entrevistas, registros audiovisuais, documentos associativos, certidões, relatórios, mapas, narrativas orais e acervos familiares constituem evidências das trajetórias coletivas desses grupos (Ferreira; Sousa, 2014; Silva, 2025).

Nesse sentido, as dinâmicas documentais quilombolas revelam modos próprios de produção, organização e preservação de seus documentos, uma vez que esses documentos podem atender a exigências burocráticas de reconhecimento e titulação e expressar formas de pertencimento, resistência e afirmação identitária (Ferreira; Sousa, 2014). Ao materializarem as ações desses grupos, esses registros aproximam-se das discussões sobre arquivos comunitários, uma vez que evidenciam o protagonismo das próprias comunidades na preservação e mobilização de suas memórias (Alencar; Cervantes; Barité, 2023).

A pesquisa desenvolvida por Silva (2025) reforça a importância de arquivos comunitários em comunidades quilombolas e afirma que quando os saberes, as experiências e as demandas das comunidades que produzem e salvaguardam os documentos entram em cena, o arquivo deixa de ser monológico e passa a configurar-se como aberto à negociação de

memórias e de identidades. O autor apresenta um panorama sobre a importância da preservação dos documentos dessas comunidades e ressalta que esses registros estão ligados à história, às lutas e às articulações desses grupos, e não podem ser vistos isoladamente.

2.2 ARQUIVOS COMUNITÁRIOS

As origens dos arquivos comunitários não são muito explicitas, mas dentre uma variedade de motivos, Bastian e Flinn garantem que eles "[...] têm existido desde que grupos de pessoas sentiram a necessidade de afirmar a si mesmas e suas próprias identidades dentro ou para além da sociedade mais ampla" (Bastian; Flinn 2020 *apud* Oliveira, 2023 p. 65). Sociedades históricas, centros municipais, salas de história local, organizações religiosas, centros culturais e comunitários são somente alguns dos cenários mencionados por eles que buscam expressar e estabelecer a identidade de um grupo, seja ele uma cidade, uma região, uma afinidade, uma etnia, uma crença, uma profissão ou interesse.

Os arquivos comunitários surgem em um contexto de aniquilação simbólica de grupos minorizados. Gabiola e Caswell (2017) discutem os efeitos dessa ausência de representação das comunidades marginalizadas, a dimensão que isto tem nas práticas arquivísticas e como os arquivos comunitários podem empoderar comunidades. Os arquivos são tradicionalmente locais de poder (Flinn; Stevens; Shepherd, 2009), apesar dos muitos esforços para mudar tal realidade.

No cenário brasileiro, nos últimos anos é possível observar que os arquivos comunitários foram incluídos nos debates do campo arquivístico, a partir da confluência da produção bibliográfica, com experiências promovidas nos encontros científicos como o Congresso Nacional de Arquivologia (CNA), e eventos promovidos pelo Arquivo Nacional e Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ), especialmente a partir da inclusão do termo "arquivos comunitários" na legislação arquivística brasileira, pela Portaria AN/MGI nº 225, de 12 de agosto de 2025, que dispõe sobre a inclusão de arquivos privados e comunitários no Arquivo Nacional (Brasil, 2025). A 2ª Conferência Nacional de Arquivos (CNArq) também reforçou essa agenda ao reconhecer a necessidade de garantir as especificidades dos arquivos comunitários na revisão da Lei de Arquivos e nos documentos normativos vinculados, respeitando suas formas próprias de organização e autonomia (Brasil, 2026).

Menezes *et al.* (2022) afirmam que os arquivos comunitários existem para garantir que as comunidades se sintam representadas, valorizando a identidade dos indivíduos que

compõem o grupo, de modo que eles possam expressar sua realidade como porta-vozes da forma como desejam ser percebidos pela sociedade, exaltando aspectos que consideram positivos da comunidade e denunciando medidas arbitrárias por parte do Estado ou de seus representantes, a fim de promover a equidade para as comunidades.

Nessa perspectiva, a criação de arquivos comunitários em comunidades quilombolas contribui para a preservação da memória e para o fortalecimento do reconhecimento de suas trajetórias coletivas. Esses arquivos favorecem a valorização das experiências vividas pela comunidade, possibilitam que as gerações futuras reconheçam a importância de suas histórias e ampliam as condições para decisões autônomas sobre a manutenção e a preservação de seus patrimônios documentais.

2.3 COMPETÊNCIA ARQUIVÍSTICA EM CONTEXTO SOCIOCULTURAL

A Competência Arquivística, tradução do termo *Archival Literacy*, pode ser compreendida como a capacidade de um indivíduo de localizar, identificar, interpretar, gerenciar, avaliar e usar informações e documentos arquivísticos, em formato físico ou digital (Santos, 2022). A estrutura teórica da Competência Arquivística é articulada em três campos de conhecimento: Conhecimento de Domínio refere-se à apropriação de conhecimentos essenciais sobre o campo investigado, incluindo terminologias, conceitos e elementos necessários para compreender os documentos e seus contextos; Competência de Artefatos relaciona-se à capacidade de compreender os documentos em sua materialidade, seus formatos, suas marcas, seus usos e seus significados; e Inteligência Arquivística que envolve o conhecimento de princípios, práticas, regras e procedimentos arquivísticos, bem como a capacidade de desenvolver estratégias para localizar, compreender, avaliar e utilizar documentos e fontes primárias (Yakel; Torres, 2003).

Santos (2022) estrutura a Competência Arquivística em três distintos contextos: Operacional, Educacional e Sociocultural. O contexto Operacional está vinculado ao processo de execução de uma atividade profissional, combinando os conhecimentos do saber-fazer, com os conhecimentos prévios dos profissionais e as atividades que se realizam nos ambientes de trabalho. Segundo o autor, não são apenas arquivistas e profissionais da informação que necessitam destes saberes, podem estar inseridos nesse contexto, produtores de documentos, gestores da informação e usuários internos (Santos, 2022).

O contexto Educacional relaciona-se ao processo de desenvolvimento do conhecimento e da aprendizagem ao longo da vida, com a função de auxiliar os sujeitos no desenvolvimento, ampliação ou geração do conhecimento, tornando-os mais críticos frente às informações e documentos arquivísticos, para fins educacionais, visando o acesso à informação e a construção de novos conhecimentos. Possíveis sujeitos abarcados nesse contexto são: docentes, discentes e pesquisadores de todas as áreas.

O contexto sociocultural, central para este estudo, relaciona-se ao processo de construção de conhecimento social voltado à emancipação e à garantia da cidadania. Nesse sentido, informações e documentos arquivísticos precisam ser compreendidos como elementos associados ao exercício de direitos, pois possibilita a expansão do conhecimento, a produção de conteúdo, a afirmação da identidade cultural e a organização de ideias que podem produzir mudanças relevantes nas formas de pensar, estudar, trabalhar e se comunicar. Assim, em contextos socioculturais, a Competência Arquivística assume relevância particular, pois os documentos arquivísticos não são apenas instrumentos administrativos ou comprobatórios, mas também expressões de memória, pertencimento, identidade e reivindicação de direitos (Santos, 2022).

No caso das comunidades quilombolas, a perspectiva sociocultural permite compreender a Competência Arquivística como dimensão transversal para o fortalecimento da autonomia documental, que não se limita à gestão ou à preservação dos registros, uma vez que envolve também a participação das comunidades nas decisões sobre o que documentar, como organizar, quais memórias preservar, quais registros compartilhar e quais sentidos atribuir aos documentos produzidos em suas trajetórias coletivas.

Essa compreensão impede que a Competência Arquivística, especialmente em sua dimensão de Inteligência Arquivística, seja reduzida ao domínio técnico de normas, instrumentos e procedimentos arquivísticos, uma vez que envolve também a capacidade de reconhecer o valor dos documentos, compreender seus usos sociais, preservar registros significativos e mobilizá-los em processos de memória, pertencimento, organização coletiva e reivindicação de direitos. Sua dimensão emancipatória está vinculada à construção de práticas arquivísticas colaborativas, capazes de reconhecer os saberes locais, as práticas culturais e as formas próprias de transmissão da memória como elementos constitutivos da relação das comunidades com seus registros.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para responder à questão norteadora da pesquisa e alcançar o objetivo proposto, a pesquisa desenvolvida é de natureza qualitativa e caráter exploratório, fundamentada em revisão bibliográfica orientada por uma abordagem teórico-reflexiva. A escolha por esse delineamento justifica-se pelo interesse em discutir, a partir do referencial teórico, as contribuições dos arquivos comunitários para a preservação da memória e o fortalecimento da autonomia das comunidades quilombolas, considerando a Competência Arquivística como dimensão transversal.

A revisão bibliográfica realizada no período de setembro de 2025 a abril de 2026 teve como finalidade subsidiar a construção do referencial teórico e embasar a discussão analítica do estudo, sem pretensão de exaustividade e sem configurar como revisão sistemática. Foram consultadas a Base de Dados em Ciência da Informação (BRAPCI), o Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), o Banco de Teses e Dissertações da CAPES e o Google Acadêmico. As buscas foram realizadas a partir de descritores relacionados aos eixos teóricos da pesquisa: “arquivos comunitários”, “*community archives*”, “comunidades quilombolas”, “competência arquivística” e “*archival literacy*”, bem como combinações entre esses termos.

Foram considerados artigos científicos, capítulos de livros, dissertações e teses que abordassem, direta ou indiretamente, os eixos teóricos da pesquisa. Como critérios de seleção, priorizaram-se estudos com aderência temática ao objetivo do artigo e relevância conceitual para a discussão proposta. A análise do material bibliográfico foi realizada por meio de leitura interpretativa, orientada pela identificação de recorrências conceituais entre os debates sobre comunidades quilombolas, arquivos comunitários e Competência Arquivística. Inicialmente, os textos foram lidos com atenção aos conceitos centrais mobilizados, às relações estabelecidas entre eles, bem como às contribuições específicas para o problema de pesquisa. Em seguida, as recorrências observadas foram agrupadas por proximidade temática, dando origem às quatro categorias analíticas que orientaram a discussão dos resultados: memória coletiva, autonomia, representatividade e resistência.

Ressalta-se que o material bibliográfico não foi classificado de forma exclusiva em uma única categoria, uma vez que uma mesma referência poderia contribuir para mais de uma

dimensão analítica. Assim, as categorias correspondem a eixos de interpretação construídos a partir da leitura do corpus bibliográfico e de sua articulação com o objetivo da pesquisa.

Nesse percurso, a Competência Arquivística foi tratada como dimensão transversal da análise, uma vez que permite discutir as condições pelas quais os sujeitos e comunidades reconhecem, organizam, preservam, interpretam e utilizam seus documentos. Para explicitar a articulação entre as categorias analíticas e a Competência Arquivística, elaborou-se um quadro de correspondência teórica, considerando os três campos de conhecimento discutidos no referencial: Conhecimento de Domínio, Competência de Artefatos e Inteligência Arquivística. Essa correspondência evidencia a dimensão predominante da Competência Arquivística observada em cada categoria.

Quadro 1 - Categorias analíticas e dimensões da Competência Arquivística

Categoria analítica	Dimensão predominante da Competência Arquivística	Articulação teórica
Memória coletiva	Competência de Artefatos	Relaciona-se ao reconhecimento de documentos, narrativas orais, fotografias, registros associativos, objetos e acervos familiares como fontes significativas para a memória comunitária.
Autonomia	Inteligência Arquivística	Relaciona-se à participação dos sujeitos nas decisões sobre produção, guarda, organização, preservação, acesso, circulação e uso dos registros.
Representatividade	Conhecimento de Domínio e Inteligência Arquivística	Relaciona-se à compreensão dos documentos em seus contextos sociais, políticos e culturais, reconhecendo-os como meios de afirmação das narrativas comunitárias.
Resistência	Competência de Artefatos e Inteligência Arquivística	Relaciona-se à mobilização social e política dos registros em processos de reivindicação de direitos, reconhecimento territorial e preservação das trajetórias coletivas.

Fonte: elaboração própria (2026).

Desse modo, a Competência Arquivística foi compreendida como dimensão transversal às categorias analíticas, permitindo observar como os documentos e registros comunitários

podem ser reconhecidos, preservados, interpretados e mobilizados em processos de memória, autonomia, representatividade e resistência.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A revisão bibliográfica desenvolvida embasou a construção do referencial teórico aqui apresentado, estruturado em dois eixos teóricos centrais: Comunidades quilombolas e Arquivos Comunitários; e um eixo transversal: Competência Arquivística. A análise dessa estrutura teórica permitiu estabelecer relações entre arquivos comunitários e comunidades quilombolas que foram organizadas em quatro categorias analíticas, definidas a partir da recorrência temática e da interpretação dos conceitos mobilizados no referencial teórico, são elas: memória coletiva; autonomia; representatividade; e resistência. Essas categorias não são compreendidas de forma isolada, mas como dimensões articuladas das práticas documentais comunitárias.

A categoria **memória coletiva**, evidencia o papel dos arquivos comunitários como dispositivos fundamentais para a preservação e a transmissão das experiências sociais, manifestadas em registros resultantes da organização social comunitária e de práticas culturais e religiosas dos sujeitos que compõem essas comunidades. Ferreira e Sousa (2014, p. 3) reforçam essa compreensão ao destacarem a "[...] necessidade de registrar a memória individual em relação à formação dos quilombolas, dos rituais de religiosidade, dos acervos fotográficos [...]". Materializar histórias ainda preservadas pela oralidade, em prol de contribuir para a preservação da memória quilombola e para o reconhecimento dos sujeitos como participantes de sua própria história. Nogueira e Gracioso (2023, p. 122) ampliam essa discussão ao defenderem que os arquivos e a salvaguarda da memória devem refletir o povo "para o povo e pelo povo", o que reforça a centralidade da participação comunitária na construção da memória coletiva.

Desse modo, a construção de arquivos comunitários enquanto instrumento de preservação se configura como memória coletiva, que envolve a materialização e a gestão desses documentos, bem como outras perspectivas que muitas vezes não são abarcadas pela arquivologia tradicional, como a manutenção de saberes ancestrais, das tradições, das questões culturais e religiosas, dentre outros, que atravessam gerações e ajudam a narrar as histórias das comunidades quilombolas a partir de suas próprias experiências.

A segunda categoria, **autonomia**, refere-se à capacidade das comunidades quilombolas de conduzir seus próprios processos sociais, territoriais e informacionais, conforme seus modos de vida, princípios, valores e formas de organização. Essa autonomia tem relação direta com o território, entendido como base de existência coletiva e espaço no qual as comunidades constroem seus vínculos, preservam suas práticas e afirmam sua continuidade sem interferências que comprometam suas dinâmicas comunitárias.

No campo arquivístico, essa discussão exige a revisão de práticas tradicionais que tendem a centralizar decisões técnicas fora das comunidades. Evans *et al.* (2021) defendem uma abordagem transformadora dos sistemas e processos arquivísticos, voltada à representação dos direitos documentais das comunidades impactadas e à garantia de sua agência contínua na gestão de documentos. Nessa direção, a autonomia se fortalece quando as práticas arquivísticas são construídas de forma colaborativa, reconhecendo o protagonismo comunitário e o direito das comunidades ao controle de seus próprios registros. Santos *et al*. (2023, p. 474) destacam que a participação da comunidade é elemento central para a configuração de um arquivo comunitário, especialmente nas decisões sobre aquilo que será preservado como parte de suas memórias.

Desse modo, a autonomia não pode ser dissociada dos arquivos comunitários, pois a produção, a guarda e o uso dos registros estão diretamente ligados às formas como as comunidades narram suas trajetórias e afirmam seus direitos. O apoio técnico pode contribuir para qualificar os processos de preservação documental, desde que respeite os saberes locais e não substitua a autoridade da comunidade sobre suas próprias memórias. Assim, os arquivos comunitários configuram-se como espaços de salvaguarda da memória e de fortalecimento da autonomia informacional das comunidades quilombolas.

A terceira categoria, **representatividade**, relaciona-se à visibilidade das narrativas e experiências das comunidades quilombolas, especialmente em contextos nos quais suas vivências são historicamente sub-representadas nos arquivos institucionais. Nesse sentido, os arquivos comunitários configuram-se como importantes instrumentos de informação desses grupos sociais, de salvaguarda da memória e de cidadania. Essa representatividade surge principalmente na valorização das identidades das comunidades, na possibilidade de que essas comunidades sejam ouvidas e respeitadas a partir de suas próprias narrativas.

Caswell (2023, p. 16-17) contribui para essa discussão ao relacionar a ausência e a má representação de comunidades minoritárias nos arquivos dominantes à aniquilação simbólica,

indicando que os arquivos comunitários podem produzir pertencimento representacional. Essa discussão permite compreender que a representatividade não se limita à presença de documentos sobre as comunidades quilombolas, mas envolve o modo como essas comunidades se reconhecem nos registros preservados e nas narrativas produzidas sobre suas trajetórias.

A ausência de reconhecimento das narrativas quilombolas podem ser compreendidas também como forma de epistemicídio racial, sobretudo quando saberes, memórias e experiências negras são desconsiderados pelas instituições. Nessa direção, Pixuna Neto e Sena (2025) mostram que práticas institucionais podem perpetuar o epistemicídio racial, aspecto que reforça a importância dos arquivos comunitários como instrumentos de visibilidade e justiça informacional.

Nesse sentido, Silva (2025) destaca que é possível encontrar nos arquivos comunitários narrativas traumáticas, de violência, exclusão e luta. Essas histórias, quando preservadas e narradas pelos próprios grupos, ampliam a possibilidade de protagonismo sobre suas memórias e constituem um passo importante na democratização da memória coletiva. Além disso, os arquivos comunitários fortalecem a representatividade desses grupos ao se configurarem como espaços de justiça social, justiça representacional e ativismo arquivístico.

Por fim, a quarta e última categoria, a **resistência**, evidencia que os arquivos comunitários estão vinculados às trajetórias históricas de luta das comunidades quilombolas, marcadas pela defesa do território, pela afirmação de direitos e pela preservação de seus modos de vida. Nogueira e Gracioso (2023, p. 116) contribuem para essa compreensão ao associarem os arquivos comunitários a equipamentos de resistência, especialmente quando vinculados a práticas de enfrentamento à invisibilização e à sub-representação de grupos historicamente marginalizados. Nas comunidades quilombolas, a resistência se manifesta na permanência dos modos de vida historicamente ameaçados pelo apagamento e pela negação de direitos. Nesse sentido, os arquivos comunitários tornam-se relevantes ao preservar registros que testemunham essas trajetórias e fortalecem a continuidade coletiva. Ao reunir essas evidências, tais arquivos fortalecem a possibilidade de que as próprias comunidades narrem suas experiências e afirmem seus lugares na história.

Essa perspectiva aproxima os arquivos comunitários das discussões sobre justiça social na Arquivologia, compreendida por Tognoli e Rocha (2021) como uma abordagem comprometida com o reconhecimento de desigualdades sistêmicas e estruturais que atingem

comunidades marginalizadas. Desse modo, a resistência quilombola não se restringe à preservação do passado, pois também se expressa na construção de condições para que memórias, direitos e formas próprias de existência sejam reconhecidos no presente.

A articulação entre as categorias memória coletiva, autonomia, representatividade e resistência evidencia que os arquivos comunitários podem fortalecer as dinâmicas documentais das comunidades quilombolas quando associados à Competência Arquivística. No âmbito da memória coletiva, essa competência contribui para que os sujeitos reconheçam seus registros e narrativas como parte de uma trajetória comum, preservando referências que sustentam a continuidade comunitária. Em relação à autonomia, favorece a capacidade de tomar decisões sobre os processos arquivísticos, mantendo o controle das suas memórias na própria comunidade. Na representatividade, amplia as condições para que os registros expressem as experiências quilombolas a partir de suas próprias referências, enfrentando apagamentos e formas de sub-representação. Na categoria resistência, a Competência Arquivística fortalece o uso crítico dos documentos como instrumentos de memória, reivindicação de direitos e afirmação política. Essa articulação dialoga com Santos (2022), ao situar a Competência Arquivística em um contexto sociocultural vinculado à cidadania, à identidade e à emancipação dos sujeitos. Desse modo, compreende-se que essa competência não se restringe ao domínio técnico dos procedimentos arquivísticos, uma vez que envolve a apropriação social dos documentos e sua mobilização em processos de reconhecimento, pertencimento e justiça informacional.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo buscou refletir sobre as contribuições dos arquivos comunitários para a preservação da memória e o fortalecimento da autonomia documental de comunidades quilombolas, considerando a Competência Arquivística como dimensão transversal. A análise permitiu compreender que esses arquivos não se limitam à guarda de documentos, uma vez que contribuem para a construção de sentidos sobre as trajetórias comunitárias, preservam narrativas e fortalecem o vínculo das comunidades com suas memórias.

A sistematização dos resultados em quatro categorias possibilitou compreender que a memória coletiva sustenta a continuidade das experiências comunitárias; a autonomia reforça o direito das comunidades de decidir sobre seus próprios registros; a representatividade

amplia as condições para que suas narrativas sejam reconhecidas; e a resistência evidencia a força política dos arquivos diante de processos históricos de apagamento.

Nesse contexto, a Competência Arquivística, especialmente no contexto sociocultural, mostrou-se fundamental para compreender como as comunidades podem reconhecer o valor de seus documentos, participar das decisões sobre sua preservação e mobilizá-los de modo consciente em suas lutas por memória, território e direitos. Mais do que um conjunto de habilidades técnicas, ela se apresenta como dimensão que fortalece a autonomia documental e amplia as condições para que os próprios sujeitos atribuam sentido aos registros que produzem e preservam ao longo de suas trajetórias individuais e coletivas.

Desse modo, os arquivos comunitários quilombolas podem ser compreendidos como espaços em que memória e justiça informacional se articulam à afirmação das trajetórias coletivas. A ampliação desse debate contribui para práticas arquivísticas mais sensíveis aos saberes locais e à autonomia comunitária, especialmente quando considera as relações de poder que atravessam a produção e a preservação dos documentos. Como encaminhamento, sugere-se o desenvolvimento de pesquisas relacionando arquivos comunitários com a Competência Arquivística, tanto em comunidades quilombolas, como em outros contextos nos quais documentos e outros registros evidenciem lutas por território, reconhecimento social e enfrentamento à sub-representação.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, Maíra Fernandes; CERVANTES, Brígida Maria Nogueira; BARITÉ, Mário. O contexto de uso do termo Arquivos Comunitários a partir da vertente dos estudos críticos e decoloniais: uma análise terminológica pontual. **Páginas a&b**: arquivos e bibliotecas, Porto, 3.ª série, n. 19, p. 55-77, 2023. Disponível em: https://ojs.letras.up.pt/index.php/paginasaeb/article/view/13166.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Os Quilombos e as Novas Etnias. *In*: O'DWYER, Eliane Cantarino (org.). **Quilombos: identidade étnica e territorialidade**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002. p. 43-82.

BRASIL. **Propostas aclamadas e priorizadas na plenária final**. Brasília, DF: Conselho Nacional de Arquivos; Arquivo Nacional; Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, 2026.

BRASIL. Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003. Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. 4,

21 nov. 2003. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2003/decreto-4887-20-novembro-2003-497664-publicacaooriginal-1-pe.html.

BRASIL. Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos. Arquivo Nacional. Portaria AN/MGI nº 225, de 12 de agosto de 2025. Dispõe sobre a entrada de documentos no Arquivo Nacional, por meio de doações de arquivos privados e comunitários, sem ônus ou encargos. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, n. 154, p. 65, 15 ago. 2025. Disponível em: https://www.gov.br/conarq/pt-br/legislacao-arquivistica/portarias-federais/portaria-an-mgi-no-225-de-12-de-agosto-de-2025. Acesso em: 19 nov. 2026.

CASWELL, Michelle. Arquivos comunitários e o trabalho de memória libertadora. *In*: TOGNOLI, Natália Bolfarini; SOUZA, Jóice Cleide Cardoso Ennes de; OLIVEIRA, Lucia Maria Velloso de; MATTOS, Renato de (org.). **O papel social da Ciência da Informação em novos contextos**. Niterói: IACS/UFF, 2023. p. 13-26.

CAVALCANTE, Celineide Rodrigues. **Inteligência arquivística**: um conceito à luz da Teoria Fundamentada em Dados. 2021. 103 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2021. Disponível em: https://repositorio.ufpa.br/handle/2011/15387. Acesso em: 19 nov. 2026.

EVANS, Joanne; WILSON, Jacqueline Z.; MCKEMMISH, Sue; LEWIS, Antonina *et al.* Transformative justice: transdisciplinary collaborations for archival autonomy. **Archives and Records**, [*s. l.*], v. 42, n. 1, p. 3-24, 2021. Disponível em: https://doi.org/10.1080/23257962.2020.1865887. Acesso em: 19 nov. 2026.

FERREIRA, Josivan Soares; SOUSA, Francinete Fernandes de. Arquivo e memória: um estudo sobre as fontes arquivísticas na comunidade quilombola Grilo-PB. **Cadernos Imbondeiro**, João Pessoa, v. 3, n. 2, p. 1-12, 2014. Disponível em: https://periodicos.ufpb.br/index.php/ci/article/view/21720. Acesso em: 19 nov. 2026.

FLINN, Andrew. Community histories, community archives: some opportunities and challenges. **Journal of the Society of Archivists**, [*s. l.*], v. 28, n. 2, p. 151-176, out. 2007. Disponível em: https://doi.org/10.1080/00379810701611936. Acesso em: 19 nov. 2026.

FLINN, Andrew. Independent community archives and community-generated content: 'writing, saving and sharing our histories'. **Convergence**: The International Journal of Research into New Media Technologies, [*s. l.*], v. 16, n. 1, p. 23-38, fev. 2010. Disponível em: https://doi.org/10.1177/1354856509347707. Acesso em: 19 nov. 2026.

FLINN, Andrew; STEVENS, Mary; SHEPHERD, Elizabeth. Whose memories, whose archives? Independent community archives, autonomy and the mainstream. **Archival Science**, [*s. l.*], v. 9, n. 1-2, p. 71-86, 2009. Disponível em: https://doi.org/10.1007/s10502-009-9105-2. Acesso em: 19 nov. 2026.

GABIOLA, Joyce; CASWELL, Michelle. "Are you a spy?": methodological challenges to studying community archives. *In*: SOCIETY OF AMERICAN ARCHIVISTS ANNUAL MEETING RESEARCH FORUM, 11., 2017, Portland, Oregon. **Anais** […]. Portland, OR: Society of

American Archivists, 2017. Disponível em: https://www2.archivists.org/sites/all/files/2017_SAAproceedings_GabiolaCaswell_revised.pdf. Acesso em: 19 nov. 2026.

GILLILAND, Anne J.; FLINN, Andrew. The wonderful and frightening world of community archives: what are we really talking about? *In*: CIRN PRATO COMMUNITY INFORMATICS CONFERENCE, 2013, Prato. Anais [...]. Prato: Centre for Community Networking Research; Centre for Social Informatics, Monash University, 2013. p. 1–23. Disponível em: https://www.monash.edu/__data/assets/pdf_file/0007/920626/gilliland_flinn_keynote.pdf. Acesso em: 19 nov. 2026.

GILLILAND-SWETLAND, Anne J.; KAFAI, Yasmin B.; LANDIS, William E. Integrating primary sources into the elementary school classroom: a case study of teachers' perspectives. **Archivaria**, [*s. l.*], v. 48, p. 89-116, 1999. Disponível em: https://archivaria.ca/index.php/archivaria/article/view/12718. Acesso em: 19 nov. 2026.

MENEZES, Cleice de Souza; RODRIGUES, Georgete Medleg; CARVALHO, Silmara Küster de Paula. O acervo arquivístico do ponto de memória da Cidade Estrutural (DF, Brasil): o documento enquanto símbolo resistência e instrumento dos direitos humanos. **Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 15, n. 3, p. 913-927, 2022. Disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/RICI/article/view/45687. Acesso em: 19 nov. 2026.

NOGUEIRA, Fernanda Parolo de Mattos; GRACIOSO, Luciana de Souza. Arquivos comunitários no contexto do meio técnico-científico-informacional: agentes de globalização solidária e inovação decolonial. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 52, n. 1, p. 115-126, jan./abr. 2023. Disponível em: https://revista.ibict.br/ciinf/article/view/6097/6262. Acesso em: 19 nov. 2026.

O'DWYER, Eliane Cantarino. Os quilombos e a prática profissional dos antropólogos. *In*: O'DWYER, Eliane Cantarino (org.). **Quilombos**: identidade étnica e territorialidade. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002. p. 13-42.

OLIVEIRA, Thamires Ribeiro de. **Arquivos comunitários, memória e favela**: proposta de guia de acervo para o Arquivo Dona Orozina Vieira do Museu da Maré. 2023. 230 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Preservação e Gestão do Patrimônio Cultural das Ciências e da Saúde) - Casa de Oswaldo Cruz, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2023. Disponível em: https://arca.fiocruz.br/items/6e7505df-94c7-470c-80a2-692b0393d8e8/full. Acesso em: 19 nov. 2026.

PIXUNA NETO, Leônidas Ribeiro; SENA, José. Racismo institucional e seu funcionamento na precarização da educação escolar em um quilombo na Amazônia Paraense. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)**, [*s. l.*], v. 19, n. 47, p. 182-211, 2025. Disponível em: https://abpnrevista.org.br/site/article/view/1901. Acesso em: 19 nov. 2026.

SÁ, Caroline Silveira; AMARAL, Sérgio Tibiriçá. As comunidades quilombolas no Brasil. **Intertemas**, [*s. l.*], v. 3, n. 3, p. 1-13, 2007. Disponível em: http://intertemas.toledoprudente.edu.br/index.php/ETIC/article/view/1429. Acesso em: 19 nov. 2026.

SANTOS, Felipe César Almeida dos. **Archival literacy**: estreitando as relações entre a competência em informação e a Arquivologia. 2022. 151 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2022. Disponível em: https://repositorio.ufpa.br/handle/2011/16470. Acesso em: 119 nov. 2026.

SANTOS, Vinicius Ribeiro Soares dos et al. Ciência cidadã e arquivos comunitários na Ciência da Informação. *In*: TOGNOLI, Natália Bolfarini; SOUZA, Jóice Cleide Cardoso Ennes de; OLIVEIRA, Lucia Maria Velloso de; MATTOS, Renato de (org.). **O papel social da Ciência da Informação em novos contextos**. Niterói: IACS/UFF, 2023. p. 465-485.

SCHMITT, Alessandra; TURATTI, Maria Cecília Manzoli; CARVALHO, Maria Celina Pereira de. A atualização do conceito de quilombo: identidade e território nas definições teóricas. **Ambiente & Sociedade**, Campinas, n. 10, p. 129-136, jan./jun. 2002. Disponível em: https://www.scielo.br/j/asoc/a/3zsW4C3r6CFYcnx8sPSDrdk/. Acesso em: 20 nov. 2026.

SILVA, Jefferson Higino da. **Convite à (des)construção**: arquivos comunitários e seus diálogos com dinâmicas documentais quilombolas. 2025. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Florianópolis, 2025. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/266053. Acesso em: 19 nov. 2026.

SOUZA, Vânia Rocha Fialho de Paiva e. **Conceição das Crioulas, Salgueiro (PE)**. *In*: O'DWYER, Eliane Cantarino (org.). **Quilombos**: identidade étnica e territorialidade. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002. p. 109-140.

TOGNOLI, Natália Bolfarini; ROCHA, Gustavo Maçulo de Queiroz. A justiça social na Arquivologia: uma revisão de literatura. **Ágora**: Arquivologia em Debate, Florianópolis, v. 31, n. 63, p. 1–23, jul./dez. 2021. Disponível em: https://agora.emnuvens.com.br/ra/article/view/987. Acesso em: 19 nov. 2026.

YAKEL, Elizabeth; TORRES, Deborah A. AI: archival intelligence and user expertise. **The American Archivist**, [*s. l.*], v. 66, n. 1, p. 51-78, 2003. Disponível em: https://doi.org/10.17723/aarc.66.1.q022h85pn51n5800. Acesso em: 19 nov. 2026.